

A disciplina *Introdução à Língua Brasileira de Sinais* para os cursos de graduação da Universidade Federal de Goiás: discussões político-linguísticas a partir do programa curricular da disciplina

The subject of *Introduction to the Brazilian Signals Language* for undergraduate courses at University Federal de Goiás: political-linguistic discussions from the subject curriculum program

Guilherme Gonçalves de Freitas¹
Universidade Federal de Goiás (UFG)
guilhermefreitaslibras@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2897-489X>

Juliana Guimarães Faria²
Universidade Federal de Goiás (UFG)
julianagf@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0002-4493-8944>

Francisco Rogiellyson da Silva Andrade³
Universidade Federal do Ceará (UFC)
rogiellyson@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-2585-1878>

Resumo: Este artigo analisa o programa curricular da disciplina *Introdução à Língua Brasileira de Sinais* ofertada aos cursos de graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG), com vistas a investigar quais concepções de língua e linguagem norteiam sua formulação e, conseqüentemente, perceber as implicações que essas

¹ Mestre e doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás; docente do curso de Letras: Libras e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás.

³ Mestre e doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará; docente de Língua Portuguesa da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza e da Secretaria da Educação do Estado do Ceará.

abordagens repercutem no processo de ensino-aprendizagem da Libras. Apoiamo-nos em estudos que tratam sobre Políticas Linguísticas no que se refere ao ensino de Libras (Altenhofen, 2013; Brasil, 2002, 2005; Nunes, 2020) e problematizamos algumas praxiologias sobre língua e linguagem (Andrade; Ribeiro; Maia-Vasconcelos, 2021; Koch, 2013; Moita Lopes, 2010). A metodologia tem abordagem qualitativa, a partir da análise de documento. O projeto pedagógico analisado norteia 17 cursos de licenciatura da UFG. Os resultados indicam que as concepções discursivas de língua e linguagem que aparecem no texto da ementa permitem uma discussão de aspectos identitários e ideológicos da Libras; no entanto, as referências bibliográficas que aparecem junto à ementa não são compatíveis com essas concepções. Ademais, a carga horária indicada é insuficiente para alcançar o projeto, sobretudo porque se pressupõe o aprendizado de uma nova língua. Ainda, uma ementa padronizada para diferentes cursos pode ser problemática, visto que não considera as especificidades linguísticas de cada área do saber.

Palavras-chave: Libras. Ensino de Libras. Políticas Linguísticas.

Abstract: This article analyzes the curricular program of the subject Introduction to Brazilian Sign Language offered to undergraduate courses at the Federal University of Goiás (UFG), in order to investigate which conceptions of language guide its formulation and, consequently, realize the implications that these approaches have on the teaching-learning process of Libras. We draw on studies about Language Policies in relation to the teaching of Libras (Altenhofen, 2013; Brasil, 2002, 2005; Nunes, 2020) and problematize some praxeologies about language (Andrade; Ribeiro; Maia-Vasconcelos, 2021; Koch, 2013; Moita Lopes, 2010). The methodology has a qualitative approach, based on document analysis. The pedagogical project analyzed guides 17 Licenciatura courses at UFG. The results indicate that the discursive conceptions of language that appear in the text of the syllabus allow a discussion of identity and ideological aspects of Libras; however, the bibliographic references that appear next to the syllabus are not compatible with these conceptions. Moreover, the amount of time indicated is insufficient to achieve the project, especially because it assumes the learning of a new language. Furthermore, a standardized syllabus for different courses can be problematic, since it does not consider the linguistic specificities of each area of knowledge.

Keywords: Brazilian Sign Language. Teaching Brazilian sign language. Language policies.

Introdução

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida pela Lei nº 10.436 (Brasil, 2002) como meio legal de comunicação e expressão apenas em 2002. Após esse período, uma série de acontecimentos, eventos e legislações começaram a surgir, como a regulamentação linguística que trata sobre a

implementação da disciplina de Libras nos cursos de formação de professoras/es; sobre a obrigatoriedade da presença de tradutoras/es e intérpretes de Libras em espaços onde há Surdas/os; sobre a proposta de educação bilíngue para Surdas/os; sobre a formação de professoras/es de Libras, professoras/es bilíngues e tradutoras/es e intérpretes de Libras, entre outros (Brasil, 2005).

Tendo em vista que a Libras passou a estar nesses espaços de formação de professoras/es e em outras áreas que não a educação, bem como levando em consideração a importância que a disciplina tem como uma conquista advinda das lutas e dos movimentos em prol do reconhecimento linguístico e sociocultural da Libras e para a comunidade surda, faz-se necessário compreender como está estruturado e quais os componentes curriculares direcionados a Libras para os discentes.

Considerando essa problematização, para realização desta pesquisa, de cunho documental e qualitativo, buscamos apresentar e analisar a proposta da disciplina *Introdução à Língua Brasileira de Sinais (Libras)* presente nos projetos pedagógicos de 17 cursos de graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG), com vistas a identificar quais as concepções de língua e linguagem que norteiam sua formulação e, conseqüentemente, as implicações que esse enfoque traz para o processo de ensino-aprendizagem da Libras.

Creemos que compreender como está organizado o programa da disciplina de Libras e entender as concepções de língua e linguagem que são inerentes ao documento é relevante porque os resultados dessa investigação podem fornecer um trabalho de reflexão crítica sobre sua aplicação e execução. Além disso, será possível visualizar de que forma o curso da disciplina pode contribuir para a compreensão do caráter dialético e ideológico dos conteúdos estudados pelas/os alunas/os (Albres; Saruta, 2013).

Para cumprir nossos propósitos, além desta introdução, este estudo está dividido em quatro seções, sendo elas: (1) Língua e linguagem, políticas linguísticas e a Libras; (2) Metodologia; (3) Resultados e discussões; e (4) Considerações finais.

Língua e linguagem, políticas linguísticas e a Libras

Antes de pensar no processo político que trata da disseminação e da implementação da Libras nos cursos de licenciatura e de bacharelado, é importante destacar que, ao serem praxiologizadas em programas de disciplinas de graduação, as políticas linguísticas, segundo defendemos, devem compreender língua e linguagem como um fenômeno interacional e sociodiscursivo, já que esse enfoque dá vazão à análise de que a interação é um evento situado cultural e historicamente, em que atores sociais performam identidades e visões de mundo que se concretizam na e pela linguagem.

Koch (2013) afirma que foram três as concepções de língua e linguagem que as teorias linguísticas empreenderam ao longo dos anos:

- a) Expressão do pensamento: língua e linguagem seriam espelho do pensamento.
- b) Instrumento de comunicação: língua e linguagem seriam instrumento pelo qual o emissor envia mensagens ao ouvinte.
- c) Lugar de interação: língua e linguagem seriam a instância geradora da interação, evento que promove a (re)elaboração e a negociação de objetos de discurso.

Koch (2013) e Moita Lopes (2010), ao concordarem com essa historicização das concepções de língua e linguagem, afirmam que, na seara das políticas linguísticas, conceber o fenômeno de produção de sentidos como o lugar onde se dá a própria interação é fundamental, pois, conforme discutem aqueles autores, isso significa que se utilizar da própria língua materna, a exemplo da Libras, é um ato de militância.

Portanto, com Koch (2013) e Moita Lopes (2010), entende-se que língua e linguagem são um fenômeno de geração de atividades, isto é, na e pela língua e linguagem, os sujeitos realizam ações, performando identidades culturais que são caras a sua posição no mundo.

A propósito disso, no que se refere ao processo de ensino-aprendizagem, adotar dada concepção de língua e linguagem repercute em consequências nas abordagens pelas quais o ensino acontece. Andrade, Ribeiro e Maia-Vasconcelos (2021) ilustram isso da seguinte maneira:

Quadro 1. Concepções de linguagem e suas consequências para o ensino

Concepção de linguagem	Expressão do pensamento	Instrumento de comunicação	Lugar de interação
Concepção de ensino	Mecanicista	Teleológica	Histórico-crítica
Objetivo do ensino de língua materna	Ensinar normas para o bem falar e para o bem escrever	Ensinar composições com o fito de enviar mensagens a um leitor	Refletir acerca das diferentes formas de interagir na e pela linguagem
Papel do estudante	Memorizar a prescrição grammatical	Aprender a escrever composições	Capacitar-se para interagir nas diferentes práticas de linguagem da vida social
Papel do professor	Transmitir a norma-padrão	Ensinar a escrever composições em conformidade com as sequências textuais	Operacionalizar atividades que façam refletir sobre as diferentes maneiras de utilizar a linguagem como meio de engajamento/participação social

Fonte: Andrade, Ribeiro e Maia-Vasconcelos (2021, p. 31).

A observação analítica do Quadro 1 permite perceber que a adoção de uma concepção de linguagem gera consequências para o planejamento de políticas linguísticas, para a implementação de políticas públicas, para a execução de programas curriculares das universidades e das escolas e, por fim, para a própria formação de professores/as e sua práxis pedagógica.

Desse modo, pensar nessa conexão entre língua e linguagem e suas implicações para o ensino é entender que as políticas linguísticas não estão associadas apenas aos documentos instituídos pelo

Estado, mas, também, às nossas práticas e performances linguísticas quando estamos interagindo e em contato com outros grupos nos mais diversos locais, além das próprias políticas públicas decorrentes de tais instituições.

As políticas linguísticas voltadas para o ensino de Libras é um tema importante porque existem movimentos que vêm acontecendo ao longo dos anos e, consideravelmente, têm contribuído para o processo de disseminação e implementação das línguas de sinais (Altenhofen, 2013; Nunes, 2020).

Nos últimos 20 anos, com o surgimento de algumas legislações, houve um aumento considerável de políticas linguísticas oficiais direcionadas ao reconhecimento e ao ensino de Libras. Apesar de essa língua não ser reconhecida como uma língua oficial do Brasil, é importante destacar que o reconhecimento dela como meio de comunicação viabilizou uma conquista necessária para as pessoas surdas perante uma história de negação das línguas de sinais no mundo. Além disso, segundo Coelho (2010, p. 200), a partir desse reconhecimento, “[...] passou a existir um dispositivo legal que não apenas reconhece a língua de uma comunidade linguística minoritária, como garante o direito ao acesso à educação das crianças surdas através dela”.

Nesse sentido, o reconhecimento da Libras através da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005, por exemplo, decorreu do grande ativismo da comunidade surda brasileira que, até hoje, vem lutando pela concretização das leis e pelo rompimento de barreiras nas várias instâncias sociais nas quais surdas/os, especialmente na área educacional.

O Decreto 5.626/2005, por exemplo, foi um documento muito importante para isso, principalmente para a valorização da Libras e para o respeito e a ascensão da minoria surda, pois seu texto condensou todos os direitos fundamentais dessas pessoas, incluindo o acesso delas à educação e à saúde com igualdade e oportunidade para todas/os. Trouxe, ainda, impactos importantes na profissionalização de ouvintes, incluindo professoras/es, instrutoras/es, tradutoras/es e intérpretes de Libras, como também na formação de futuras/os professoras/es e futuras/os profissionais de diversas áreas.

Desde o ano de 2005, foi estabelecida a obrigatoriedade da implantação da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de licenciatura e eletiva nos demais cursos. Conforme determina o artigo terceiro desse documento,

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (BRASIL, 2005, p. 1).

Depois que o Decreto 5.626/2005 foi aprovado, estabeleceu-se um prazo de até dez anos para que todas as instituições de ensino, públicas e privadas, incluíssem a disciplina de Libras nos cursos de

formação de professores/as, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia (Brasil, 2005). Nesse percurso, todas as universidades reformularam os seus currículos para atender às exigências estabelecidas pelo referido documento.

Nesta pesquisa, definimos, com apoio em Sacristán (2013), o currículo como um objeto orientador do que as/os alunas/os devem aprender e definidos da ordem como esses conteúdos serão apresentados pelas/os professoras/es. Sacristán (2013) explica que a construção de um currículo não é neutra, pois envolve uma série de decisões e discussões que vão além do Plano Político Pedagógico (PPP) de cada curso, portanto são orientadas política e ideologicamente. Nas palavras do autor,

[a] importância fundamental do currículo para a escolaridade reside no fato de que ele é a expressão do projeto cultural e educacional que as instituições de educação dizem que irão desenvolver com os alunos (e para eles) aquilo que consideram adequado. Por meio desse projeto institucional, são expressadas forças, interesses ou valores e preferências da sociedade, de determinados setores sociais, das famílias, dos grupos políticos etc (Sacristán, 2013, p. 23).

Acerca da disciplina de Libras nos cursos de graduação, alguns estudos apontam que o currículo, em algumas universidades, trabalha a disciplina de Libras com enfoque educacional, isto é, trabalhando com as/os alunas/os teorias que tratam do processo educacional de pessoas surdas, e outras com enfoque linguístico, buscando, especificamente, a aprendizagem da língua sob o enfoque comunicativo (Almeida, 2012; Costa; Lacerda, 2015; Paiva; Faria; Chaveiro, 2018; Vitaliano; Dall'Acqua; Brochado, 2013).

Vitaliano, Dall'Acqua e Brochado (2013, p. 109, grifos nossos) explicam que os documentos que condensam a obrigatoriedade do ensino de Libras

não dispõem de orientações claras sobre a organização da disciplina, tais como: objetivos, conteúdos, carga horária e sua natureza – se teórica ou prática. Especialmente, chama-nos a atenção a falta de explicitação dos objetivos, *pois o fato de prever a obrigatoriedade de uma única disciplina de Libras nos cursos citados não garante o domínio da língua*, que como qualquer outra requer para seu aprendizado tempo e treino.

O trecho destacado em itálico chama a nossa atenção pelo fato de várias pesquisas revelarem que as disciplinas de Libras, em seus objetivos pedagógicos, buscam efetivar a aprendizagem da língua em um período tão curto (Almeida, 2012; Costa; Lacerda, 2015; Freitas; Faria; Figueiredo, 2020; Paiva; Faria; Chaveiro, 2018). Ademais, os autores ainda chamam atenção para o fato de não haver uma uniformização acerca dos reais objetivos que devem ser alcançados nas universidades. Essa tem sido uma das principais dificuldades enfrentadas por muitas/os professoras/es, que não têm uma carga horária suficiente para ensinar a língua nem para discutir leis, cultura surda e metodologias de ensino voltadas para o ensino da língua, por exemplo.

Se adotamos uma concepção interacional de língua e linguagem, acreditamos que o ensino de Libras implica o desenvolvimento de habilidades de compreensão e de produção, especificamente, de modo que as/os alunas/os possam interagir com as/os suas/seus colegas produzindo enunciados e compreendo-os.

Figueiredo e Oliveira (2017) explicam que, nessa abordagem, o ensino da língua, de um modo geral, é sempre dialogado e contextualizado, e o aprendiz é exposto a um discurso e depois a sua atenção é dirigida a seus aspectos específicos nos exercícios que seguem. Os autores mencionam, assim, que a aprendizagem da “língua-alvo é vista como veículo para a comunicação, e não apenas como objeto de estudo. Assim, é maior a preocupação com o significado e o estímulo ao uso de materiais autênticos em sala de aula” (Figueiredo; Oliveira, 2017, p. 28), bem como de tarefas colaborativas realizadas em pares ou em grupos.

Concordamos, nessa seara, que a adoção de uma concepção interacional do fenômeno linguístico seja a mais adequada ao tratamento da Libras no atual estágio de percepção em que nos encontramos (Moita Lopes, 2006). Assim, a efetivação de programas curriculares deve ser amparada e, conseqüentemente, resultante dessa percepção, a fim de engajar os aprendizes em situações interlocutivas em que a Libras se faz importante em sua performance identitária. Com base nessas orientações, a seguir, antes de realizar a análise que aqui propomos, descrevemos a metodologia que proporcionou o alcance de nossos objetivos.

Metodologia

Este estudo é uma pesquisa documental, sob o viés qualitativo (Marconi; Lakatos, 2001). Os materiais selecionados foram os documentos disponibilizados pelo departamento de professores e pela coordenação que oferta a disciplina *Introdução à Libras* aos cursos de graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Para análise do material, foi realizada uma busca nos projetos curriculares de 17 cursos de licenciatura da UFG. Durante esta pesquisa, os documentos eram abertos ao público, porém o acesso ao programa completo não foi possível em razão de alguns cursos disponibilizarem publicamente apenas a descrição da ementa e as bibliografias. Por isso, para termos acesso à íntegra do documento, foi preciso entrar em contato por *e-mail* com a coordenação responsável pela área de ensino de Libras para se ter acesso à completude dos documentos.

Salientamos que o documento em análise foi norteador da oferta da referida disciplina do primeiro semestre letivo de 2018 até o primeiro semestre de 2020, nos cursos de licenciatura e bacharelado, por quatro professores que assumiram a disciplina de *Introdução à Língua Brasileira de Sinais*. Os 17 cursos que receberam a disciplina durante esse período foram: Matemática, Física, Nutrição, Música, Dança, Geografia, História, Educação Física, Ciências Sociais, Letras (Português, Inglês, Francês, Espanhol), Física Médica, Ciências Biológicas, Sistema de Informação e Ciências Contábeis. A seguir, sob o enfoque qualitativo e à luz dos pressupostos teóricos discutidos, analisamos o documento.

Resultados e discussões

Nesta seção, antes de apresentar a análise do documento que trata da disciplina de *Introdução à Libras* nos cursos de graduação, descrevemos as características da disciplina no contexto da UFG. Em seguida, apresentamos as concepções de língua e linguagem inerentes ao programa a partir do le-

vantamento de dados realizado na pesquisa documental, que foram selecionados da seguinte maneira: ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, avaliação e o referencial bibliográfico.

Características da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura na UFG

O programa da disciplina de *Introdução à Libras* é um documento que foi elaborado pelo Departamento de Libras e Tradução da UFG. Para organização dos conteúdos, objetivos e ideias metodológicas a serem trabalhadas nas disciplinas, são realizadas algumas reuniões de departamento, que, geralmente, acontecem sempre no início de cada semestre. Esses eventos são realizados por áreas, nos quais o professor responsável por cada disciplina expõe sugestões; no final, o programa é aprovado pelo colegiado para ser trabalhado nos cursos de graduação.

Em atendimento ao Decreto 5.626/2005 (Brasil, 2005), a Universidade Federal de Goiás incluiu, em seu quadro funcional, professoras/es substitutas/os e efetivas/os para conseguir dar conta das demandas de oferta da disciplina de *Introdução à Libras* nos diversos cursos de licenciatura e bacharelado da instituição. Já com a contratação desses profissionais, no ano de 2010, o curso de licenciatura em Física foi o primeiro curso daquela universidade a ter a disciplina em sua grade.

Atualmente, a disciplina é ofertada de forma obrigatória a todos os cursos de licenciatura e de modo eletivo nos cursos de bacharelado, conforme estabelecido no Decreto 5.626/2005 (Brasil 2005). Trata-se de uma disciplina com carga horária de 64 horas, isto é, de 4 horas semanais, sendo responsável por abordar diferentes aspectos da língua e da cultura surda, o que, por si, já demonstra que essa carga horária não tem sido suficiente para a importância dessa disciplina (Silva; Faria; Duarte, 2020a; Silva; Faria; Duarte, 2020b, Paiva; Faria; Chaveiro, 2018, Guarinello, 2013, Rossi, 2011).

Concepções de língua/linguagem definidas no programa

O primeiro aspecto observado na análise do documento refere-se à descrição da ementa, aos objetivos, à metodologia e aos critérios avaliativos. Assim como nos estudos realizados por Almeida (2012), Costa e Lacerda (2015) e Vitaliano, Dall'Acqua e Brochado (2013), neste estudo pudemos perceber que a proposta da disciplina tem um foco teórico, que é abordado por meio da leitura e da análise de textos que trabalhem reflexões conceituais sobre a língua de sinais e o próprio sujeito surdo, bem como na prática de produção e compreensão da Libras. Os objetivos apresentados na disciplina evidenciam isso, conforme podemos observar no quadro a seguir:

Em seguida, a análise se deteve em identificar se as temáticas apresentadas na ementa estavam diretamente relacionadas à aprendizagem de conteúdos básicos envolvendo a Libras e ao processo educacional e cultural dos sujeitos surdos. A relação dos conteúdos teóricos que abrangem esse documento nos revela que a linguagem deixa de ser considerada apenas um sistema autônomo de representações, e passa a ser concebida como um discurso constituinte do mundo dos sujeitos, o que permite que as/os alunas/os tenham a oportunidade de desconstruir alguns mitos sobre a língua de sinais, o sujeito surdo, a cultura surda e as legislações (ver destaque, no Quadro 3).

Quadro 2. Ementa e objetivos contemplados na disciplina *Introdução à Libras* na UFG

Ementa	Introdução às práticas de compreensão e produção em Libras através do uso de estruturas e funções comunicativas elementares. Concepções sobre a Língua de Sinais. O Surdo e a sociedade.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar o aluno na compreensão e produção em Libras; • Apresentar questões comuns referentes ao Surdo e sua organização social e cultural; • Contextualizar os estudos das línguas de sinais no campo dos estudos linguísticos; • Explorar os sinais básicos e específicos do contexto acadêmico em geral.
Metodologia	<ul style="list-style-type: none"> • Exposição teórica; • Dinâmicas em grupos; • Leitura e análise de textos; • Prática de produção e compreensão em Libras.
Avaliação	Acontecerá de forma processual de maneira a contemplar os objetivos da disciplina. Para avaliação, serão usados os seguintes instrumentos: Avaliação escrita; Avaliação da produção sinalizada e Avaliação das produções realizadas em grupo. As avaliações serão realizadas de forma individual e em grupo.

Fonte: Corpus da pesquisa (2021).

Quadro 3. Conteúdos programáticos contemplados na disciplina *Introdução à Libras* na UFG

Conteúdos programáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas e estratégias de compreensão e produção em Libras; • Visão geral sobre a organização social e cultural referentes aos Surdos; • Visão geral sobre os aspectos linguísticos da Libras; • Concepções e mitos sobre Línguas de Sinais; • Lei da Libras nº 10.436/02 e o decreto nº 5.626/05; • Visão geral dos aspectos linguísticos em Libras • Parâmetros e Configuração de Mão; • Tipos de frases em Libras: afirmativa, negativa, interrogativa, exclamativa, exclamativa-interrogativa; • Alfabeto manual; • Cumprimentos; • Vocabulário relativo aos números, dia da semana, meses do ano, pronomes, família, cores, profissões, frutas e animais; • Vocabulário de verbos, substantivos, adjetivos e advérbios; • Vocabulário básico e específico do contexto acadêmico.
-------------------------	---

Fonte: Corpus da pesquisa (2021, grifos nossos).

O Quadro 3 evidencia que o processo de aprendizagem de Libras, como orientado pelo programa em análise, vai além da aprendizagem do léxico, pois há uma concepção interacional de linguagem (Koch, 2013) que permite que as/os alunas/os possam se apropriar dos conteúdos que os levam à conscientização linguística e cultural dos objetos de conhecimento e a usar a língua em espaços ou contextos em que elas/es estão inseridas/os.

Dessa maneira, tal procedimento segue a orientação estabelecida no Art. 22 do Decreto 5.626/2005, que diz que as “instituições federais de ensino responsáveis pela educação devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva” (Brasil, 2005, p. 1). O trecho do Decreto reforça a ideia de que as escolas devem assumir um compromisso com/para toda a comunidade, inclusive com os/as sujeitos/as surdos/as.

Nesse sentido, por entender que nesse espaço o/a futuro/a professor/a ouvinte terá contato com um/a aluno/a surdo/a, a disciplina de Libras se torna importante, pois esse/a professor/a em formação, de cultura ouvinte e que está tendo o seu primeiro contato com a Libras e com a cultura surda, pode entender, quando estiver em exercício de sua docência, ou em outra área, que essa língua não é uma versão da língua oral para a de sinais; ao contrário disso, as línguas de sinais, como sinaliza Almeida (2012), têm seus aspectos de constituição próprios, tanto de estruturação linguística quanto de aspectos discursivos e culturais. Além disso, as discussões culturais, identitárias, e legislativas, travadas no curso da disciplina, desconstroem mitos acerca das performances dos surdos no mundo social e permitem que os profissionais em formação compreendam os surdos nos aspectos que lhes são próprios.

Sob esse viés, pode-se concluir que o documento em análise, ao privilegiar não somente os aspectos sistemáticos da língua, mas também a cultura surda, entende a importância de o/a estudante de graduação compreender que a língua é ferramenta de constituição identitária. Nela e por ela, podem-se performar identidades, estruturas de poder, simbolizações e (re)elaborações da realidade. Nesse aspecto, como perceberam Andrade, Ribeiro e Maia-Vasconcelos (2021) e Koch (2013), fica dedutível que a concepção subjacente ao programa da disciplina é a que entende língua e linguagem como lugar de interação, o que repercute na compreensão de que as interações são eventos situados historicamente. Desse modo, uma compreensão como essa leva ao entendimento de que a língua não é tão somente uma codificação, mas uma maneira de agir no mundo e de simbolizar/elaborar/negociar a realidade através do olhar do enunciador, concepção mais afeita a propostas sociointeracionais de língua e linguagem.

Considerando esse achado, com base em Koch (2013), Moita Lopes (2010) e Pessoa e Hoelzle (2017), quando pensamos a língua e o seu processo de ensino e aprendizagem sob o viés crítico, os aspectos linguísticos só passam a ter sentido quando concatenados à sua significação na cultura que se comunica pela língua aprendida. Desse modo, com os objetivos explicitados no Quadro 3, embora saibamos que todas essas discussões requerem muito mais do que uma disciplina de 64 horas, é oportuno dizer que o programa a ser cumprido na oferta da disciplina considera os aspectos culturais como imbricados aos linguísticos.

Ademais, a última análise se deteve em investigar o enfoque teórico dado à disciplina no que se refere à concepção de língua dentro de uma perspectiva cultural. Os resultados mostraram, a partir das referências bibliográficas usadas no documento, que a disciplina apresenta mais traços de aprendizagem da língua sob o viés linguístico e comunicativo.

O documento apresenta, num total de 19 referências usadas como bibliografia básica, complementar, sites e aplicativos, 3 que tratam sobre questões relacionadas às crenças e aos mitos sobre o surdo e à língua de sinais, à cultura surda e à surdez (ver Quadro 4, sem destaque), e 16 que aprofundam suas discussões sobre os aspectos linguísticos da Libras e materiais de apoio para aprendizagem da língua, como dicionários, sites e aplicativos (ver Quadro 4, com destaques na cor rosa).

Neste estudo, embora não tenhamos a intenção de avaliar se os conteúdos e os objetivos apresentados no programa são suficientes ou significativos para o processo de formação de futuros/as professores/as e outros/as profissionais de diversas áreas, é importante ponderar que, por meio das referências indicadas no programa, nota-se que o documento parece deixar explícita a inexistência de reflexões teóricas que tratam sobre o perfil profissional do/a tradutor/a e intérprete de Libras. Embora não haja concordância no campo acerca dessa questão, o silenciamento sobre o tema no programa é digno de nota, já que isso faz parte da profissionalização na área.

Almeida (2012) e Costa e Lacerda (2015) explicam que a aprendizagem desse conteúdo é importante para que esses futuros profissionais possam compreender seus reais papéis em sala de aula, como também entender os limites e as possibilidades do trabalho do/a tradutor/a e intérprete educacional, de modo que professores/as, tradutores/as e intérpretes possam atuar em conjunto, sem se sobrecarregar mutuamente, fazendo com que o/a aluno/a não fique isolado em sala de aula com o/a intérprete, além de outras questões que carecem de maior reflexão.

Outro fator identificado, e que parece ficar evidente a partir do referencial bibliográfico do programa da disciplina, é que tal documento não dá conta de contemplar um ensino voltado para que os/as futuros/as professores/as, que têm a disciplina como obrigatória na grade do curso, possam ter o domínio de metodologias para o ensino de português, matemática, história, geografia etc. para o/a aluno/a Surdo/a, como também se percebe que os conteúdos apresentados não conseguem dar conta de aprofundar o ensino da Libras para outros assuntos temáticos, a não ser para o vocabulário básico da Libras. Essa é uma questão política, já que, desde sua criação na legislação brasileira, a disciplina de Libras, apesar de ser considerada um avanço para as comunidades surdas, não foi pensada para a atuação de professores em espaços educacionais em que a aula é organizada em Libras, mas sim para viabilizar a conscientização dos professores sobre a presença de surdos em salas de aula organizadas por e para ouvintes. Embora saibamos que o processo de conscientização é importante para a inclusão de surdos/os nas aulas, é preciso preparar esses profissionais para interagir minimamente com seus/suas estudantes, pois, do contrário, essa inclusão é manca. Assim, a disciplina mais parece um curso básico de aprendizagem de segunda língua do que propriamente um curso que forma professores/as e outros profissionais.

Embora a oferta da disciplina contemple o que demandam as políticas linguísticas oficiais (Brasil, 2005), percebemos que ainda há muito a se fazer no que se refere a uma formação que seja personalizada às áreas do conhecimento às quais a disciplina é ofertada. Já percebemos que a elaboração de um programa único para todos os cursos parece não alcançar tal expectativa, devendo a legislação apresentar um novo encaminhamento acerca desse assunto, pois não basta tão somente apresentar uma disciplina cujo currículo seja o mesmo para diferentes profissionalizações.

Levando em conta essas considerações, os dados revelam que, apesar do grande avanço da disciplina de Libras estar nos programas dos cursos de licenciatura da UFG, especificamente, acreditamos

Quadro 4. Referencial bibliográfico contemplado na disciplina *Introdução à Libras* na UFG

<p>Bibliografia básica</p>	<p>FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. LIBRAS em contexto. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/ Secretaria de Educação Especial, 2001.</p> <p>GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.</p> <p>KARNOPP, L. B. Língua de sinais e língua portuguesa: em busca de um diálogo. In: LODI, A. C. B.; MELO, A. D. B.; FERNANEDS, E. (Org.). Letramento, Bilinguismo e Educação de Surdos. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>PEREIRA, M. C. C.; CHOI, D. (et al). Libras – Conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras 1 – iniciante. 3 ed. Porto Alegre: Palotti, 2008.</p>
<p>Bibliografia complementar</p>	<p>ALMEIDA, E. C. DUARTE, P. M. Atividades ilustradas em sinais da Libras. São Paulo: Revinter, 2004.</p> <p>BRITO, L. F. Por uma gramática da língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A. C. L. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.</p> <p>CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (ed). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004.</p> <p>QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. ARTMED: Porto Alegre, 2004.</p>
<p>Sites e aplicativos</p>	<p>http://www.acesobrasil.org.br/libras/</p> <p>http://www.dicionariolibras.com.br/website/dicionariolibras/dicionario.asp?cod=124&i-di=1&moe=6</p> <p>http://sistemas.virtual.udesc.br/surdos/dicionario/</p> <p>http://sibelelibras.blogspot.com/</p> <p>http://www.atividadeseducativas.com.br/index.php?id=12110</p> <p>http://www.atividadeseducativas.com.br/index.php?id=12020</p> <p>http://www.qlibras.com.br/</p> <p>http://www.handtalkme/app</p> <p>http://www.prodefafnet/</p>

Fonte: Corpus da pesquisa (2021, grifos nosso).

que seja importante repensar a carga horária dedicada à disciplina, dada a quantidade e a diversidade de conteúdos que o documento contempla, os reais objetivos que essa disciplina pretende alcançar na formação desses profissionais, bem como, talvez, pensar em outra disciplina que possa abarcar assuntos mais específicos e direcionados ao ensino para o surdo ou realizar ementas ou edições à legislação atual. Tendo isso em vista, cabe, assim, uma análise mais criteriosa que busque confrontar esses dados, buscando, principalmente, dar voz aos alunos/as e professores/as, a fim de identificar, com mais clareza, a avaliação que esses atores fazem da disciplina e como se profissionalizaram para lidar com surdas/os em sua práxis profissional.

Considerações finais

Neste texto, buscamos apresentar de que forma a disciplina *Introdução à Língua Brasileira de Sinais (Libras)* é organizada para os cursos de graduação da UFG, bem como as concepções de língua e linguagem que são contempladas nesse documento e as consequências que geram para o processo de ensino e aprendizagem da Libras.

O arcabouço teórico abalizador do estudo foi o que discute a efetivação de políticas públicas afeitas a propostas identitárias e discursivas de língua e linguagem. Metodologicamente, realizamos um estudo documental, sob o viés qualitativo de abordagem dos dados. Para isso, fizemos a análise do programa da referida disciplina ministrada nos cursos de Matemática, Física, Nutrição, Música, Dança, Geografia, História, Educação Física, Ciências Sociais, Letras (Português, Inglês, Francês, Espanhol), Física Médica, Ciências Biológicas, Sistema de Informação e Ciências Contábeis da UFG.

A análise permitiu observar que, positivamente, concepções interacionais e discursivas de língua e linguagem são o fundamento norteador do programa da disciplina. Isso repercute num tratamento da Libras como uma língua cujo sistema possui características singulares, mas também na compreensão de como suas estruturas efetivam discursos nas interações.

De igual modo, o programa da disciplina orienta o tratamento de temáticas transversais concernentes à surdez e à pessoa surda, a exemplo da leitura e da discussão de documentos legislativos sobre Libras e sobre concepções acerca da cultura surda. Tal planejamento gera um enfoque mais crítico dos/as estudantes cursantes ao compreenderem os marcos legais e os enfoques identitários que condicionam a efetivação da Libras como política linguística, retirando deles a compreensão de que o mundo discursivo de um/a surdo/a é o mesmo do de um/a ouvinte. Essa conjuntura promove a formação de profissionais mais sensíveis e engajados à inclusão da pessoa surda nos contextos em que precisa se engajar, bem como não tratar os/as surdos/as sob o viés capacitista.

Por outro lado, vimos que o referencial teórico da disciplina ainda não contempla efetivamente as discussões projetadas nos objetivos e nos conteúdos propostos, embora saibamos que, a depender do/a professor/a responsável pelo curso, seja possível personalizar as referências conforme suas crenças e sua formação acadêmica – porém, depender tão somente disso pode ser arriscado para a formação de profissionais e para a inclusão dos/as surdo/as. Além disso, a carga horária da disciplina parece ser insuficiente para uma proposta que tem como objetivo imergir os aprendizes em situações reais de uso

da língua e fazê-los conhecer a cultura surda, uma vez que são objetivos complexos, que levam tempo e diálogo, para serem contemplados em 64 h.

Por fim, percebemos que falta uma maior especificação dos conteúdos aos cursos de graduação aos quais a disciplina é ofertada, uma vez que trabalhar termos técnicos próprios da Nutrição ou da Educação Física, por exemplo, poderia ser mais significativo para os sujeitos na aprendizagem da língua, já que, assim, a realidade profissional estaria sendo contemplada na reflexão formativa.

Desse modo, os resultados trazidos neste estudo provocam várias reflexões sobre os avanços e os impasses do ensino, propriamente, da Libras por conta das condições nas quais ela tem sido organizada. Nessa conjuntura, é importante empenharmo-nos nessa luta para estabelecermos que o ensino de Libras seja significativo de alguma forma, a exemplo do aumento de sua carga horária, da oferta de disciplinas optativas que aprofundem o contato com a Libras, da proposição de projetos de ensino ou de extensão universitária, da contratação de profissionais qualificados para seu tratamento, do investimento em pesquisas científicas e da criação de grupos de estudo etc.

Tendo em vista todos esses desdobramentos, o ensino da Libras como segunda língua nos cursos de licenciatura e de bacharelado torna-se um importante tempo e espaço para se pensar em uma sociedade plurilíngue, pois falar várias línguas enriquece e contribui para o desenvolvimento intelectual, profissional e social desses sujeitos. Nesse contexto, é interessante sempre renovar programas de disciplinas, a fim de ensinar políticas públicas que concretizem objetivos requeridos em leis e, consequentemente, incluir sujeitos surdos em nossa sociedade considerando as especificidades de sua cultura.

Referências

ALMEIDA, J. J. F. de. 2012. *Libras na formação de professores: percepções dos alunos e da professora*. 151 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina, 151 p.

ALBRES, N. A.; SARUTA, M. V. 2013. Por uma política de ensino da Libras como parte do currículo bilíngue de escolas de surdos. In: ALBRES, N. A.; NEVES, S. L. G. *Libras em estudo: política educacional*. São Paulo, FENEIS, p. 97–118.

ALTENHOFEN, C. 2013. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICHOLAIDES, C.; SILVA, K. A. da.; TÍLIO, R.; ROCHA, C. H. (org.). *Política e Políticas linguísticas*. Campinas, Pontes Editores, p. 93-116.

ANDRADE, F. R. da S.; RIBEIRO, E. F.; MAIA-VASCONCELOS, S. 2021. A (res)significação do ensino de língua materna propiciada por narrativas de vida produzidas em estágio de observação no contexto pandêmico. *Trama*, 17(41): 28–44. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/26856>.

BRASIL. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 8 ago. 2019.

COELHO, O. 2010. Da lógica da justificação à lógica da descoberta. Ser surdo num mundo ouvinte: um testemunho autobiográfico. *Cadernos de Educação*, **36**(1): 197-221.

COSTA, O. S.; LACERDA, C. B. F.de. 2015. A implementação da disciplina de Libras no contexto dos cursos de licenciatura. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, **10**(1): 759-772.

FIGUEIREDO, F. J. Q. de.; OLIVEIRA, E. C. de. 2017. Sobre métodos, técnicas e abordagens. In: FIGUEIREDO, F. J. Q. de. (Org.). *Formação de professores de línguas estrangeiras: princípios e práticas*. 2ª ed, Goiânia, Editora UFG, p. 11-42.

FREITAS, G. G. de.; FARIA, J. G.; FIGUEIREDO, F. J. Q. de. 2020. A disciplina de Libras nem cursos de licenciatura na UFG: um estudo sobre dificuldades e estratégias na aprendizagem. *Revista Signótica*, **(32)**1, 1-31.

KOCH, I. V. 2013. *A inter-ação pela linguagem*. 11ª ed, São Paulo, Contexto, 140 p.

GUARINELLO, A. C. et. al. 2013. A disciplina de Libras no contexto de formação acadêmica em fonoaudiologia. *Rev. CEFAC*, **(15)**2: 334-340. <https://doi.org/10.1590/S1516-18462012005000047>.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. 2001. *Fundamentos de metodologia científica*. 4ª ed., São Paulo, Atlas, 319 p.

MOITA LOPES, L.P. da. 2010. Os Novos Letramentos Digitais como Lugares de Construção de Ativismo Político sobre Sexualidade e Gênero. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, **(49)**2: 393-417.

NUNES, V. F. 2020. História das ideias linguísticas: políticas linguísticas sobre línguas de sinais. *Revista Fragmentum*, **(55)**1: 19-43.

PAIVA, G. X. dos S.; FARIA, J. G.; CHAVEIRO, N. 2018. O ensino de Libras nos cursos de formação de professores: desafios e possibilidades. *Revista Sinalizar*, **(3)**1: 68-80.

PESSOA, R. R.; HOELZLE, M. J. 2017. Ensino de línguas como palco de política linguística: mobilização de repertórios sobre gênero. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, **(56)**3: 781-800.

ROSSI, R. A. 2011. A Libras como disciplina no ensino superior. *Revista Educação*, **13**(1), 2011: 71-85. <http://www.conhecer.org.br/download/libras/leitura1.pdf>.

SACRISTÁN, J. G. 2013. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, J. G. (Org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre, Penso, p. 16-35.

SILVA, L. C. S. da.; FARIA, J. G.; DUARTE, S. B. R. 2020a. Formação do professor na Universidade Federal Rural da Amazônia: contribuições da disciplina de Libras. *Revista Sinalizar*, **(5)**1: 1-18. <https://www.revistas.ufg.br/revsinal/article/view/65952>.

Freitas, Faria e Andrade – A disciplina *Introdução à Língua Brasileira de Sinais* para os cursos de graduação da Universidade Federal de Goiás:

SILVA, L. C. S. da; FARIA, J. G. ; REIS DUARTE, S. B. 2020b. Revisão sistemática da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura no Brasil. *Revista UFG*, (20)2: 1-24. <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/65230>.

VITALIANO, C. R.; DALL'ACQUA, M. J. C.; BROCHADO, S. M. D. 2013. A disciplina Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia. *B. Tec. Senac*, (39)2: 106-121.

Submetido: 21/03/2022

Aceito: 05/07/2023